



Clipping de notícias



Recife, 01 de novembro de 2021.

Economia

PECUÁRIA Produtores têm relatado aumentando do número de moscas nos pastos, podendo comprometer parte da produção de carne e leite



PREJUÍZO DA PRAGA Estima-se que cerca de 20% do ganho de peso dos animais e até 50% na produção de leite podem ser perdidos devido à ação das moscas-dos-estêbulos; infestação tem demandado ações especiais

Bois magros e menos leite

Produtores de municípios pernambucanos estão preocupados com o avanço da mosca-dos-estêbulos. A praga pode trazer problemas sérios à produção da pecuária leiteira e de corte no Estado, e tem demandado ações especiais do Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), além da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária (Adagro) em Pernambuco.

Uma picada pode transmitir diversas doenças, além de causar feridas e extremo incômodo ao animal. Em grande número, a atuação das moscas-dos-estêbulos pode levar até a morte dos animais, o que traz impactos negativos na cadeia produtiva. Estima-se que cerca de 20% do ganho de peso e até 50% na produção de leite podem ser perdidos por conta da ação das moscas.



nas regiões da Mata Sul e Agreste são, realmente, as que mais têm registros de frequências de moscas-dos-estêbulos, com problemas pontuais nos municípios de Barra de Guabiruba, Bonito, Gravatá, Camocim, Cortês e Amaraji. No entanto, segundo a agência, ainda não há registro de queda na produção de leite no Estado, já que a bacia leiteira pernambucana está localizada nas regiões do Agreste Meridional e Sertão do Araripe, áreas onde não há registro de infestação pela mosca. As áreas afetadas ficam restritas a algumas localidades sem tradição de grandes criações de gado de leite e de corte.

Além disso, a agência afirmou que, diariamente, equipes de fiscais vistoriam as granjas para averiguar se a cama está recebendo o tratamento adequado, vi-

Ainda no mês de setembro, a Adagro já tinha intensificado a fiscalização para evitar que a cama de aviário, mais conhecida como "cama de frango", seja utilizada como alimento para ruminantes, como os bois. O composto é obtido pela mistura de palha e esterco de aviários, sendo utilizado como fertilizante em culturas de inhame, cará e banana.

A prática da alimentação é proibida pela legislação federal e estadual, que também regulamenta o trans-

Um grupo de trabalho foi formado para estudar as possíveis causas para a manifestação nos municípios



orgânico, justamente para tentar evitar a incidência das moscas.

A questão é acentuada pela crise econômica, já que muitos produtores passaram a fazer uso do composto em função da carestia do saco de adubo. "Precisamos buscar soluções. Se os produtores tiverem que deixar de usar a 'cama de frango', que opção terão? Comprar um saco de adubo a R\$ 120? Estamos vendo o cará sendo vendido por R\$ 10 a arroba. Desse jeito, nem vão mais querer colher na

vará, Luiz José da Silva, em audiência pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) para discutir o tema.

Na busca de tentar amenizar o problema, o IPA já deu início em setembro a uma força-tarefa para controle das moscas-dos-estábulo. Os municípios de Barra de Guabiraba, Bonito, Camocim de São Félix, Salré e Gravatá, todos no Agreste do Estado, foram alguns dos alvos. Além de ações educativas sobre manejo e higienização, tam-

áreas atingidas.

Ainda assim, os relatos de proliferação da praga têm crescido entre os municípios da Zona da Mata e Agreste do Estado. "É preocupante, porque no momento que você para de produzir por conta disso gera um problema social, com desemprego, carne e leite mais caros. É danoso para produtores e para o Estado", avalia o agropecuarista João Tavares.

AÇÕES DE COMBATE

De acordo com a Adagro,

lização. De janeiro até agora, mais de 60 propriedades foram visitadas nas áreas afetadas e cerca de 70 fiscalizações volantes foram realizadas nas rodovias e nas proximidades das feiras de gado", disse a Adagro.

Por fim, o órgão de fiscalização informou que um grupo de trabalho foi formado por ele e pelo IPA para estudar as possíveis causas para a manifestação em apenas alguns municípios. Condições climáticas da região e o tipo de cultura estão sendo estudadas.

DP+Agro

COMISSÃO

Alepe busca solução para praga que devasta pecuária do Agreste Central

Por: [Diário de Pernambuco](#)

Publicado em: 29/10/2021 08:50



Presidida pelo deputado Antônio Moraes (PP), a Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) visitou nesta quinta (28/10) a cidade de Barra de Guabiraba, um dos municípios do Agreste Central que vem sendo atingido gravemente pela praga do inseto conhecido como “mosca de estábulo”, provocando grandes prejuízos à agropecuária da região.

A visita contou com as presenças de representantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado (Adagro), do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) e de produtores rurais locais.

O objetivo foi constatar de perto a gravidade da infestação do inseto que, segundo especialistas, está de fato relacionada ao uso indevido do adubo conhecido como “cama de frango”, material usado para forrar pisos de granjas que mistura palha e esterco. As chuvas e o clima da região também contribuem para agravar o problema que tinge vários municípios do Agreste Central e pode estabelecer no território uma “área de exclusão”.

Relatos indicam infestação da “mosca de estábulo” nas cidades de Bonito, Sairé, São Joaquim do Monte, Barra de Guabiraba, Gravatá e Camocim de São Félix, todos no Agreste Central. Também foram registrados casos em Cortês, Palmares, Amaraji, Joaquim Nabuco e Ribeirão, localizados na Mata Sul.

“Vamos procurar o governador Paulo Câmara e marcar outra audiência pública com a Adagro, o IPA e a Universidade Rural. Temos informações de que nos Estados Unidos já há produtos que conseguem diminuir essa infestação. Precisamos de uma solução. Já são três meses de agravamento maior da infestação”, alertou o deputado Antônio Moraes.

Segundo o parlamentar, “é possível que tenhamos que fazer aqui uma área de exclusão com a participação permanente de órgãos como o CIPOMA (unidade de policiamento ostensivo da PM que visa preservar o meio ambiente), da Adagro e da CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente), para que as pessoas cumpram as normas sanitárias e possamos ter uma convivência pacífica na região”, disse Moraes.

O problema da praga da “mosca de estábulo” foi tema de uma audiência pública na Alepe, realizada em setembro deste ano, proposta pelo deputado Antônio Moraes. Na ocasião, uma das sugestões apontadas pelos especialistas participantes do debate foi a distribuição de uma cartilha para divulgar o emprego correto do esterco de aviários. Outra medida foi a atuação do setor de Educação Ambiental da CPRH nas localidades afetadas.

Para o deputado Antônio Moraes, medidas de orientação são insuficientes e a gravidade do problema exige também “repressão” amparada por mudanças na legislação.